



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia 17 e 18/01/2016

política



Tribuna
Gilvan Manoel

GILVANMANOEL@UOL.COM.BR - GILVANMANOEL@JORNALDODIASE.COM.BR

As contas de Angélica

Na última sexta-feira, 15, o Ministério Público Estadual, através dos promotores Jarbas Adelino e Bruno Melo, que integram o grupo especial montado para adotar ações cíveis e penais contra os envolvidos em desvios de verbas de subvenção da Assembleia Legislativa, expediram ofício à conselheira do TCE Angélica Guimarães, ex-presidente da Alese, pedindo explicações sobre o milionário contrato mantido pelo Legislativo durante a sua gestão com a Rede Ilha de Rádio. É a Ilha da família do senador Eduardo Amorim, que é administrada por seu irmão Edvan Amorim, até a acachapante derrota na eleição de 2014 considerado "líder do maior grupo político de Sergipe".

O procedimento administrativo aberto é apenas uma das inúmeras ações adotadas pela força-tarefa montada pelo MPE para apurar supostas irregularidades durante a gestão de Angélica, comprovadas com o recolhimento de documentos pela Polícia Federal, por determinação judicial, no gabinete da presidência do Poder Legislativo, no final de 2014, para apurar os desvios dos recursos de subvenção. A partir da apreensão dos documentos, ficou constatada a prática de inúmeros outros crimes, que agora passaram a ser investigados.

Em junho de 2014, com dados obtidos junto ao Tribunal de Contas, de onde Angélica é hoje um dos sete conselheiros, o JORNAL DO DIA publicou documentos confirmando denúncias anteriores de que o Legislativo estadual estaria repassando elevadas verbas para a Rede Ilha de Comunicação, que reúne as emissoras de rádio pertencentes à família Amorim. Relatório de Despesas Globais por credor, expedido pelo Sisap Auditor do TCE, mostra que, de 1º de janeiro de 2013 a 6 de junho de 2014, a Rede Ilha recebeu R\$ 1.318.980,00 da Alese.

O valor é referente a um contrato firmado sem licitação para "Veiculação radiofônica e cobertura ao vivo de notícias deste Poder Legislativo pelas emissoras" do grupo: a Ilha AM de Tobias Barreto e as FMs de Aracaju, Propriá e Estância. As rádios, de perfil popular, têm programação predominantemente musical e, só no final de 2013, estendeu o horário dos programas jornalísticos visando à campanha de 2014.

O valor inicial do contrato, igualmente sob dispensa de licitação, foi de R\$

74.100,00, conforme a nota de empenho 14/2013 expedida em 2 de janeiro de 2013. Dias depois, em 22 de janeiro, uma complementação de R\$ 992.940,00 foi autorizada, por meio da nota de empenho 178/2013 - também já quitada. Em 2 de janeiro de 2014, o contrato da Alese com a Ilha recebeu uma segunda complementação, pela nota 20/2014, que autoriza o repasse de mais R\$ 1.067.040,00 à emissora dos Amorim - desse total, já foram pagos R\$ 251.940,00.

A título de comparação, o dinheiro gasto pela Assembleia com a Ilha é infinitamente maior que os R\$ 264.996,30 empenhados para a TV Atalaia, afiliada da Rede Record. O canal foi contratado quatro vezes pela Alese para veicular propagandas de 1 minuto e um programa semanal de 2 minutos com o resumo das sessões, veiculado às sextas-feiras no programa matutino de variedades "Hoje em Dia, de produção local. Por estes programas, a Casa gastou R\$ 109.700,00 em janeiro de 2013, R\$ 30 mil em novembro do mesmo ano e R\$ 23.910,00 em janeiro de 2014 - parte dos R\$ 109.700,00 da renovação do contrato com a Atalaia.

Até o final da gestão de Angélica, em 2014, a Assembleia continuou efetuando os pagamentos milionários à empresa da família do senador Amorim, agora sob investigação.

Angélica é a responsável pelo maior escândalo envolvendo desvio de recursos da Assembleia Legislativa de Sergipe. Ela elevou os limites e autorizou os pagamentos das subvenções que já culminaram com a condenação de 16 deputados e ex-deputados. Em 11 de dezembro do ano passado, na última sessão realizada pelo TRE para o julgamento das ações sobre o uso do dinheiro das subvenções, Angélica foi absolvida. A alegação é de que como não havia sido candidata em 2014, o TRE não poderia julgar a sua conduta. Todo mundo pensou que ela estaria livre das acusações.

Esse procedimento administrativo adotado pelo MPE, no entanto, mostra que a atual conselheira Angélica Guimarães terá que responder por todas as falcatruas cometidas durante a sua gestão como presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe. A subvenção parece ser apenas a ponta do iceberg.